

APRECIACÃO PÚBLICA

89

Diploma:

Proposta de Lei n.º 15/XV/1.ª (GOV) Projecto de lei n.º ____/XV (....ª) Proposta de alteração

Identificação do sujeito ou entidade (a)

Trabalhadores da Empresa: Pingo Doce Local de Trabalho: _____Susão ValouçoMorada: Rua Dom Pedro IV SusãoCódigo Postal 4440 633 Local Valouço

Endereço Electrónico _____

Contributo:

Os trabalhadores abaixo assinados rejeitam a Proposta de Lei nº 15/XV/1ª(GOV), que altera a legislação laboral no âmbito da Agenda para o Trabalho Digno, apresentada pelo Governo do PS, porque:

- Não revoga o regime da sobrevivência e caducidade das convenções colectivas de trabalho, mantendo em vigor todas as normas que subvertem o direito constitucional de contratação colectiva e provocam o desequilíbrio das relações laborais em favor dos patrões e em prejuízo dos direitos dos trabalhadores, e não repõe o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
- Não resolve, e ainda contribui para o agravamento, das inaceitáveis limitações ao exercício da liberdade sindical, que se caracteriza pela negação do livre acesso dos sindicatos a todos os locais de trabalho e, consequentemente, dos respectivos trabalhadores ao contacto com as suas organizações representativas;
- Perpetua a precariedade laboral, porque não afirma de modo definitivo o princípio de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho efectivo;
- Continua a permitir o recurso ao trabalho temporário e ao outsourcing para ocupação de postos de trabalho permanente, legitimando as empresas que abusam deste tipo de contratos;
- Mantém o período experimental de 180 dias para os trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração, permitindo que este seja abusivamente utilizado como instrumento de precarização laboral;
- Não reduz para as 35 horas o tempo de trabalho para todos os trabalhadores sem perda de retribuição, num contexto de avanços científicos e tecnológicos que o permitem;
- Não promove a conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar, porque não revoga os mecanismos de desregulação do tempo de trabalho como a adaptabilidade e o banco de horas;
- Não limita os fundamentos que permitem o crescente recurso à laboração contínua, aumentando a exploração e criando dificuldades crescentes aos trabalhadores na gestão da sua vida pessoal e familiar
- Não revoga os regimes de compensação e indemnização por despedimento introduzidos no tempo da Troica e do governo PSD/CDS, mantendo a mesma lógica de facilitação e embaratecimento dos despedimentos;
- Recusa a revogação de normas que reduzem de modo directo o rendimento dos trabalhadores, nomeadamente os acréscimos remuneratórios pela prestação de trabalho suplementar e não repõe os respectivos descansos compensatórios;

- Não garante o efectivo reforço dos meios materiais e humanos da Autoridade para as Condições de Trabalho, que permitam uma fiscalização e controlo eficazes do cumprimento da lei e do respeito pelos direitos dos trabalhadores por parte das entidades patronais;

Data _____

Assinaturas Cristine Paula Teófilos Fereira
Barbara Rafaela Rodrigues dos Santos
Liliana Patricia Silva Vale
Eva Patricia Ferreira da Silva
Luís Alexandra Est. Marques
Marisa Fomera Duarte
Jurima Est. Helena L. S. L.
Claudia Herculina Ferraz de Paiva
Paula Cristina Traga Pereira Vieira
Aracemiliana Oliveira Pereira
Andreia Filipa Silva Santos
Daniela Filipa Rodrigues Oliveira
Sónia Cristina Silva dos Santos
Joaquim Fernando Moreira dos Santos
Luís Carlos Correia dos Santos
Cláudia Filipa Carvalho Barros
Luís Silva Tradução Pereira
Ana Luísa Sousa Sousa
JOSE MANUEL GUEDES NARUNDO
Rosa Maria de Paula Monteiro

APRECIACÃO PÚBLICA

Diploma: _____

Proposta de Lei n.º 15/XV/1.ª (GOV) Projecto de lei n.º ____/XV (...ª) Proposta de alteração

Identificação do sujeito ou entidade (a)

Trabalhadores da Empresa: Piçó Doce Local de Trabalho: _____

Susos

Morada: Rua Dom Pedro IV

Código Postal 4440 633 Local Valongo

Endereço Electrónico _____

Contributo:

Os trabalhadores abaixo assinados rejeitam a Proposta de Lei nº 15/XV/1ª(GOV), que altera a legislação laboral no âmbito da Agenda para o Trabalho Digno, apresentada pelo Governo do PS, porque:

- Não revoga o regime da sobrevigência e caducidade das convenções colectivas de trabalho, mantendo em vigor todas as normas que subvertem o direito constitucional de contratação colectiva e provocam o desequilíbrio das relações laborais em favor dos patrões e em prejuízo dos direitos dos trabalhadores, e não repõe o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
- Não resolve, e ainda contribui para o agravamento, das inaceitáveis limitações ao exercício da liberdade sindical, que se caracteriza pela negação do livre acesso dos sindicatos a todos os locais de trabalho e, consequentemente, dos respectivos trabalhadores ao contacto com as suas organizações representativas;
- Perpetua a precariedade laboral, porque não afirma de modo definitivo o princípio de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho efectivo;
- Continua a permitir o recurso ao trabalho temporário e ao outsourcing para ocupação de postos de trabalho permanente, legitimando as empresas que abusam deste tipo de contratos;
- Mantém o período experimental de 180 dias para os trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração, permitindo que este seja abusivamente utilizado como instrumento de precarização laboral;
- Não reduz para as 35 horas o tempo de trabalho para todos os trabalhadores sem perda de retribuição, num contexto de avanços científicos e tecnológicos que o permitem;
- Não promove a conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar, porque não revoga os mecanismos de desregulação do tempo de trabalho como a adaptabilidade e o banco de horas;
- Não limita os fundamentos que permitem o crescente recurso à laboração contínua, aumentando a exploração e criando dificuldades crescentes aos trabalhadores na gestão da sua vida pessoal e familiar
- Não revoga os regimes de compensação e indemnização por despedimento introduzidos no tempo da Troica e do governo PSD/CDS, mantendo a mesma lógica de facilitação e embaratecimento dos despedimentos;
- Recusa a revogação de normas que reduzem de modo directo o rendimento dos trabalhadores, nomeadamente os acréscimos remuneratórios pela prestação de trabalho suplementar e não repõe os respectivos descansos compensatórios;

- Não garante o efectivo reforço dos meios materiais e humanos da Autoridade para as Condições de Trabalho, que permitam uma fiscalização e controlo eficazes do cumprimento da lei e do respeito pelos direitos dos trabalhadores por parte das entidades patronais;

Data _____

Assinaturas

Maria de Látima Sousa Augusto

Ricardo Manuel da Silva Mendes

Claudia Filipa Sousa Furtado

Ana Cristina Timóteo de Sousa

Beatrix de Silva Cunha

Ana Dora Silva Lourenço

Beatriz Almeida da Silva

NATÁLIA NETO

Dolice Apolónia dos Anjos Moreira Rangel

Amé Manuel Pulcini Teixeira da Silva

Carla Adelaide Martins Lago

Sandra Maria Helena Vieira

Teresa Cristina Teixeira Ferreira